

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS COM FAMÍLIAS**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS COM FAMÍLIAS

<b>DISCIPLINA:</b> GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS
<b>RESUMO</b>
Ao longo desta disciplina abordaremos aspectos que revelam a importância da gestão por projetos e seus benefícios. É comum na gestão das organizações sociais que se seja motivado ou até mesmo exigido a trabalhar por projetos. São indicações externas que apontam que devem ser adotados os projetos para se obter o reconhecimento das atividades e de sua organização.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS PROJETO COMO ROTEIRO DE AÇÃO PROJETOS COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO PROFISSIONALISMO
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS JUSTIFICATIVA OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA RECURSOS
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO CONHECIMENTO DO TEMA E DADOS DE CONTEXTO PESQUISAS ANTERIORES E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS EQUIPE TÉCNICA INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO EDITAIS E ADERÊNCIA TEMÁTICA INTERPRETAÇÃO DE EDITAIS E ESCOLHAS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS INTERPRETAÇÃO DE EDITAIS E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO AVALIAÇÕES DE PROCESSO, RESULTADOS E IMPACTO INDICADORES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA
<b>AULA 6</b> INTRODUÇÃO

GESTÃO DAS EQUIPES  
EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA  
GESTÃO DE RECURSOS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- ABRINQ. Cenário da infância e adolescência no Brasil 2018. São Paulo: Abrinq, 2018.
- BAPTISTA, M. V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2007.

**DISCIPLINA:**  
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO INTEGRAL PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO BRASIL

**RESUMO**

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO

ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA

O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?

A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS

PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DESENVOLVIMENTO HUMANO  
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)  
CONSELHO TUTELAR: O QUE É  
CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA  
CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DEFENSORIA PÚBLICA

**BIBLIOGRAFIAS**

- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, D. C. (Org). Public Policy, Theories, Models, and Concepts: An Anthology. NJ: Prentice Hall, 1995.

**DISCIPLINA:**

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO**

Nesta disciplina de Participação Social e Movimentos Sociais trataremos de diversos temas de nosso interesse, desde o conceito de Participação Social, Democracia Participativa, Movimentos Sociais, Intervenção do Estado, Interesse político e social nas ações coletivas e as liberdades individuais e coletivas, ou seja, serão aulas riquíssimas de informações! Fique atento e anote tudo que considerar importante! Diariamente, ouvimos falar sobre a importância da Participação Social, ou seja, a importância do protagonismo da sociedade civil brasileira na participação efetiva do cidadão e na consolidação da Democracia no Brasil. Primeiramente, fazemos algumas perguntas: afinal de contas, o que é Participação Social? Como foi a participação dos cidadãos na história político-social do Brasil? E o que a participação social tem a ver com a promoção da Democracia Participativa no Brasil?

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL  
MOVIMENTO PELAS DIRETAS JÁ  
A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987  
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA  
OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL  
TIPOLOGIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS  
ESTRATÉGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
O PARADIGMA NORTE-AMERICANO  
O PARADIGMA EUROPEU  
MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIGLOBALIZAÇÃO  
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA PARTICIPAÇÃO (1979-1989)  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO (1990-2000)  
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA NO SÉCULO XXI

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS  
MOVIMENTO SINDICAL  
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO  
MOVIMENTO SOCIAL AMBIENTALISTA

**BIBLIOGRAFIAS**

- AMMANN, S. B. Participação Social. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

<b>DISCIPLINA:</b> CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS PARA PROJETOS SOCIAIS
<b>RESUMO</b>
O processo de captação de recursos para projetos tanto na esfera pública quanto na privada é dependente da efetiva capacidade dos seus gestores de elaborar, gerir e avaliar os resultados obtidos. Em ambos os setores é enfatizada a necessidade da preparação de projetos que contemplem elementos essenciais à apreciação por parte da entidade/órgão conveniente dos recursos solicitados. Nesta disciplina serão esclarecidos como os recursos serão captados e empregados, além de outros assuntos que envolvem todos os processos.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO TERMOS BÁSICOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BRASIL PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NORMAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – TERCEIRO SETOR OUTRAS MODALIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FONTES INTERNACIONAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO ESTRUTURA DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL FONTES ALTERNATIVAS DE FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL FONTES DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL FONTES INTERNACIONAIS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO PLANO DE GOVERNO – CONCEITOS IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DESAFIOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – SOCIAL
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO

GENERALIDADES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS  
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS  
DESAFIOS DO ACESSO ÀS FONTES DE RECURSOS PARA PROJETOS DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS –  
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO  
INVESTIMENTO EM OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO  
INVESTIMENTO EM MORADIAS POPULARES  
EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS EM OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E  
CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES

**BIBLIOGRAFIAS**

- ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos. Código de Ética. Disponível em: <https://captadores.org.br/codigo-de-etica/>.
- AHMAD, N. Y. S. As políticas ambientais – no Brasil e no mundo. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/29673315/AS-POLITICAS-AMBIENTAISNO-BRASIL-E-NO-MUNDO-por-NAJH-YUSUF-SALEH-AHMAD>.
- ALVES, J. E. D. Impactos ambientais do crescimento populacional e econômico de longo prazo. EcoDebate, Rio de Janeiro, 20 jan. 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/01/20/impactos-ambientais-docrescimento-populacional-e-economico-de-longo-prazo-artigo-de-jose-eustaquiodiniz-alves/>.

**DISCIPLINA:**

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO SOCIAL  
BRASILEIRA

**RESUMO**

Falar sobre a educação especial e a educação inclusiva é sempre um grande desafio. Este tema gera grande discussão e a necessidade cada vez maior de políticas públicas em relação a investimentos na área. A educação especial e a educação inclusiva têm que assegurar o direito de todos na participação efetiva na sociedade. No Brasil temos legislações específicas e uma história marcada por avanços quando nos referimos a esse tema, mas temos a consciência de que possuímos ainda um longo caminho para buscar a superação de alguns pontos nesse aspecto.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A DIFERENÇA E A TRANSIÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E  
INCLUSÃO  
DOCUMENTOS QUE ESTIMULARAM A ADOÇÃO DO PARADIGMA INCLUSIVO  
A INCLUSÃO E O NOVO OLHAR SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
ALGUMAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS NAS ESCOLAS PARA O CONTEXTO  
INCLUSIVO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA POLÍTICA

NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DIRETRIZES  
INCLUSÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A IGUALDADE E DIVERSIDADE  
PRINCÍPIOS PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO ESCOLAR E CONTEMPLAR A DIVERSIDADE

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA E SOCIEDADE INCLUSIVA  
CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA  
O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
EMPREGABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)  
A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL  
A INCLUSÃO DO ALUNO COM DISLEXIA  
A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)  
DESENHO UNIVERSAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA  
AVALIAÇÃO TRADICIONAL VERSUS AVALIAÇÃO INCLUSIVA  
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA INCLUSIVA

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE  
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMPOSIÇÃO E TIPOS DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS  
O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

**BIBLIOGRAFIAS**

- RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto, 2006.
- GUEBERT, M. C. C. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba: IBPEX, 2007.
- FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2007.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

**RESUMO**

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da

dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS

MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO

FACULTATIVO AO PACTO

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E

PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO

DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO

NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE

TRATADOS

AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL  
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>. Acesso em: 9 set. 2019.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

**DISCIPLINA:**  
DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS

**RESUMO**

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS

VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS

TENSÕES FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS

AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)

**AULA 3**

**INTRODUÇÃO**

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH  
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

**AULA 4**

**INTRODUÇÃO**

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

**AULA 5**

**INTRODUÇÃO**

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

**AULA 6**

**INTRODUÇÃO**

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

<b>DISCIPLINA:</b> GESTÃO DE MÍDIA SOCIAL
<b>RESUMO</b>
O termo social media, ou mídias sociais, é uma das formas de comunicação disponíveis no mercado online, e dentro do universo das mídias sociais existem muitas pessoas, inclusive consumidores. Por isso é importante entender seu funcionamento e como ter as mídias sociais a seu favor. Social media também é o nome da função na qual um profissional de marketing digital trabalha com foco na utilização de redes sociais.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO HISTÓRIA DAS REDES SOCIAIS DEFINIÇÃO DE PERSONAS INBOUND MARKETING COMO FUNCIONAM OS ALGORITMOS?
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO SEO NO FACEBOOK ESTRATÉGIAS NO FACEBOOK CARACTERÍSTICAS DO INSTAGRAM SEO NO INSTAGRAM
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO CARACTERÍSTICAS DO LINKEDIN SEO NO LINKEDIN ESTRATÉGIAS NO LINKEDIN CARACTERÍSTICAS DO YOUTUBE
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO ESTRATÉGIAS DE YOUTUBE CARACTERÍSTICAS DO WHATSAPP ESTRATÉGIAS E BOAS PRÁTICAS NO WHATSAPP DESIGN EM REDES SOCIAIS + OTIMIZAÇÃO DE IMAGENS
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO FERRAMENTAS AUXILIARES ANÁLISE DE MÉTRICAS PLANEJAMENTO DE CONTEÚDO GESTÃO DE CRISE
<b>AULA 6</b> INTRODUÇÃO ESTRUTURA DE CAMPANHA, CONJUNTO DE ANÚNCIOS E ANÚNCIOS CRIANDO PÚBLICO, POSICIONAMENTOS E ORÇAMENTO

CRIATIVOS

MÉTRICAS NO FACEBOOK ADS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BAREFOOT, D.; SZABO, J. Manual de marketing em mídias sociais. São Paulo: Novatec, 2009.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração em marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- OKUYAMA, F. Y.; MILETTO, E. M.; NICOLAO, M. Desenvolvimento de software I: conceitos básicos. Porto Alegre: Bookman, 2014.

**DISCIPLINA:**  
POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIA

**RESUMO**

Nesta disciplina será abordado qual o caminho das políticas sociais atualmente. E, iremos compreender, como estas políticas abrangem as famílias. Quando falamos de política, é preciso refletir que se trata de interesses de grupos diversos que lutam pelo poder, buscando acesso a melhores possibilidades de realização desses interesses, ou seja, são caminhos diferentes. Por esse ângulo, o contexto em que se desenvolvem as políticas sociais nunca é neutro, pois sempre será marcado por interesses, conflitos e negociações entre os que reivindicam os direitos e aqueles que os concedem, entre os que se beneficiam e os que são prejudicados, em suma, entre os dominantes e os dominados.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA FAMÍLIAS

AS RELAÇÕES DA FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESFILIAÇÃO

CIDADANIA: POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA

FAMÍLIA E TRABALHO FAMILIAR

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

PROTEÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIA

NOVOS OLHARES SOBRE AS FAMÍLIAS

ESTEREÓTIPOS DE FAMÍLIA E DE PAPÉIS FAMILIARES

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O IMPACTO NA FAMÍLIA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

O CONTEXTO DE PROGRAMAS DE APOIO SOCIOFAMILIAR

O TRABALHO SOCIAL E ALGUNS APONTAMENTOS

O TRABALHO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E TRABALHO EM EQUIPE

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E DESAFIOS FRENTE AO SISTEMA CAPITALISTA

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)

A INTERSETORIALIDADE ENTRE POLÍTICAS SOCIAIS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

OS DIREITOS PREVISTOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 41. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm).
- CARVALHO, M. do C. B. de. Família e políticas públicas. ACOSTA, A. R.; VILTALES, M. A. F. (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez / Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

**DISCIPLINA:**

POLÍTICA SOCIAL E POPULAÇÃO DO CAMPO

**RESUMO**

A disciplina “Política Social e População do Campo” compreende seis eixos temáticos: O rural brasileiro – contextualização; Desenvolvimento, desigualdade e pobreza no Brasil; Política social e população do campo: avanços e limites; Programas sociais e população camponesa; A reforma agrária como democratização da terra e redução da pobreza no campo; Segurança social e distribuição de renda no campo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

ATORES DO RURAL

POPULAÇÃO CAMPONESA

A POPULAÇÃO CAMPONESA E NOVAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

DESENVOLVIMENTO RURAL

DESGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

A POBREZA NO CAMPO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E A CIDADANIA

POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA E POPULAÇÃO CAMPONESA

PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA (BSM)  
PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS NO BSM

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

O PRONAF E AS DESIGUALDADES

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A LUTA PELO ACESSO À TERRA

O PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA) COMO SUPERAÇÃO DA POBREZA NO CAMPO

A REDUÇÃO DA POBREZA: BRASIL SEM MISÉRIA E REFORMA AGRÁRIA

O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

A HABITAÇÃO E O SANEAMENTO NA ÁREA RURAL

A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

AGROECOLOGIA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO: DESAFIOS E

PERSPECTIVAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- FOLGADO, C. Impactos dos modelos de desenvolvimento para as populações do campo, da floresta e das águas In: BRASIL. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. p. 175-189. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_ambiente\\_populacoes\\_campo\\_floresta\\_aguas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiente_populacoes_campo_floresta_aguas.pdf).
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: BRANDENBURG, A. (Org.) Mundo rural e ruralidades. Curitiba: UFPR, 2018.
- BRANDENBURG, A. (Org.) Mundo rural e ruralidades. Curitiba: UFPR, 2018.

**DISCIPLINA:**

FOMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

**RESUMO**

O desenvolvimento local se apresenta como uma abordagem diferente daquelas meramente atreladas ao crescimento econômico, individual e infinito (noções sobre a limitação dos recursos). Esta escola de pensamento e ação é o resultado de uma iniciativa partilhada, inovadora e de caráter comunitário. O que distingue o desenvolvimento local de outros modelos outrora implantados é o fato de esta abordagem garantir à sociedade a função de ator capaz de tomar decisões, diferentemente daqueles puramente beneficiários do desenvolvimento, com pouca ou nenhuma participação nos processos políticos formais e informais incidentes em suas vidas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

DESENVOLVIMENTO LOCAL – ECONOMIA SOLIDÁRIA

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

CAPITAL SOCIAL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

EXEMPLOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

COMPETITIVIDADE LOCAL

ESTRUTURA DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E CADEIAS PRODUTIVAS

EXEMPLOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

ALTERNATIVAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

RECURSOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

FONTES INTERNACIONAIS DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DO

DESENVOLVIMENTO LOCAL

SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – SETOR PÚBLICO

SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – TERCEIRO SETOR

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE

IMPORTÂNCIA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

CADEIAS PRODUTIVAS INDUSTRIAIS – CONCEITOS E VANTAGENS

EXEMPLOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, CADEIAS PRODUTIVAS

INDUSTRIAS E SEUS BENEFÍCIOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L. dos; PITAGUARI, S. O. Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.
- FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. Revista de economia política, v. 20, n. 4, p. 3-7, 2000. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjdzTlq8zeAhVKC5AKHakoAXMQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.bresserpereira.org.br%2Fterceiros%2F cursos%2F2015%2FFurtado-Reflexoes-sobrea-crise-brasileira.pdf&usg=AOvVaw1Az4NL06Ece5xZfjyUbp7j>.
- LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. Dicionario de la outra economía, CLACSO, Buenos Aires, 2009. Disponível em: [http://www.cecies.org/imagenes/edicion\\_476.pdf](http://www.cecies.org/imagenes/edicion_476.pdf).

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

**RESUMO**

No atual cenário, o aprendizado ao longo da vida tornou-se essencial para a sustentabilidade e o melhor posicionamento das organizações. Atuando como principal catalisador da gestão da informação, do conhecimento e da inovação corporativa, o aprendizado vem se constituindo em sua melhor estratégia. No tocante às pessoas nesse contexto, representa uma chave para sua integração na sociedade e seu sucesso no mercado de trabalho.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O MACROAMBIENTE DE NEGÓCIOS  
EMPRESAS MULTINACIONAIS  
GLOBALIZAÇÃO E A NOVA FORMA DE FAZER NEGÓCIOS  
E A GESTÃO DO CONHECIMENTO COM ISSO?  
PAÍSES EMERGENTES

**AULA 2**

A PRIMEIRA ONDA DE CONHECIMENTO  
A NOVA DINÂMICA TECNOECONÔMICA  
A SEGUNDA ONDA DE CONHECIMENTO  
PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO  
A TERCEIRA ONDA DE CONHECIMENTO

**AULA 3**

INOVAÇÃO: A CHAVE DO SUCESSO NA NOVA ERA INDUSTRIAL  
ACESSO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO  
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA A CRIAÇÃO DE INOVAÇÕES  
CAPITAL INTELECTUAL  
CAPACITANDO A INOVAÇÃO DENTRO DA EMPRESA

**AULA 4**

A GESTÃO DO CONHECIMENTO  
DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: COMO GERENCIAR  
DE ONDE VEM A GESTÃO DO CONHECIMENTO

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO  
TIPOS DE CONHECIMENTO

**AULA 5**

APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL  
GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O CONHECIMENTO  
COMPETÊNCIA ORGANIZACIONAL  
GESTÃO ESTRATÉGICA DO CAPITAL INTELECTUAL  
CONHECIMENTO E VANTAGEM COMPETITIVA

**AULA 6**

BUSINESS INTELLIGENCE  
PROCESSO DECISÓRIO E GESTÃO DO CONHECIMENTO  
DATA WAREHOUSE E DATA MINING: FERRAMENTAS DE BI  
MARCA: O ASPECTO INTANGÍVEL DO CONHECIMENTO  
ADMINISTRAÇÃO DA INCERTEZA: A ORGANIZAÇÃO COMO SISTEMA DE TOMADA DE DECISÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- DOW Jones industrial average crash in 2008. Wikipédia, 11 mai. 2015. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dowjones\\_crash\\_2008.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dowjones_crash_2008.svg).
- IAMIN, G. P. Negociação: conceitos fundamentais e negócios internacionais. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- MARCAS emergentes. HSM Experience, 1 set. 2010. Disponível em: <https://experience.hsm.com.br/spc/posts/marcas-emergentes>.